

# A actividade de entalhadores, douradores e pintores do Entre-Douro-e-Minho em Guimarães (1572-1798)

*António José de OLIVEIRA\**

## 1. Introdução

No decurso dos séculos realizaram-se inúmeras encomendas de talha na vila de Guimarães, de que, para muitos casos, apenas nos restam uma memória documental. Esses espécimes, resultantes de encomendas pontuais ou integrados em vastos programas decorativos, traduzem a importância económica e religiosa de Guimarães. Mas valem também como testemunhos de percursos artísticos: de encomendadores, em particular, e da vila de Guimarães em geral, e da forma como estes se articularam no espaço geográfico do Entre-Douro-e-Minho. Memória da passagem de cónegos e prelados da Colegiada de Guimarães, priores e priorosas conventuais, de irmandades, do mecenato do arcebispo D. José de Bragança, esses exemplares contam-nos ainda outras histórias: de ostentação, de riqueza, de gosto, de devoções particulares e até de rivalidades, principalmente com a Sé de Braga.

Este importante capítulo de valorização artística de Guimarães, constitui-se assim como um importante testemunho de uma produção regional com características determinadas por cruzamentos vários, mas também de um universo mais vasto, cujas fronteiras ultrapassam o contexto da urbe vimaranense. Falamos das encomendas exteriores reveladoras da flutuação do gosto e da importância de outros centros artísticos, designadamente dos actuais concelhos de Braga, do Porto, de Santo Tirso e de Vila Nova de Famalicão. Todos estes encomendadores favoreceram a laboração de destacados mestres entalhadores, douradores e pintores oriundos do Entre-Douro-e-Minho que exerceram a sua actividade em Guimarães, para onde foram chamados para conceber ou dar corpo a empreitadas de maior ou menor envergadura, para as quais a clientela rica, fosse ela o Cabido da Colegiada, os cenóbios da vila, as confrarias, ou as ordens terceiras, reivindicava qualidade e prestígio.

Estas obras de talha, por vezes executadas em parcerias estabelecidas com mestres vimaranenses, aportaram uma determinante mais valia à formação empírica destes artistas, permitindo deste modo às oficinas locais um contacto com a obra de outros mestres e oficiais, dando continuidade a velhos discursos artísticos ou introduzindo novos. Apesar dessa concorrência, que foi também uma aprendizagem, as inúmeras encomendas permitiram que na vila e seu termo se desenvolvessem oficinas que respondiam a essas solicitações.

Esta nossa intervenção fundamentada essencialmente no fundo notarial do Arquivo Municipal Alfredo Pimenta, que se projecta num futuro trabalho sobre a obra de talha da vila de Guimarães, permite constatar o labor artístico de mestres oriundos de diferentes locais do Entre-Douro-e-Minho no período considerado. Neste estudo iremos apresentar uma visão global da actividade e mobilidade desses mestres, analisando a documentação notarial e a bibliografia sobre esta temática.

\* Vice-presidente do Conselho Executivo do Agrupamento de Escolas de Ponte (Guimarães). Mestre em História e Cultura Medievais; Doutorando em História de Arte na Faculdade de Letras / Porto.

## 2. Fernão Carvalho (mestre imaginário) – 1572

A referência mais antiga que se conhece relativa à actividade em Guimarães de artistas oriundos de localidades do Entre-Douro-e-Minho reporta-se à obra de talha da capela-mor da Colegiada. Trata-se de um contrato notarial existente no Arquivo Municipal Alfredo Pimenta datado de 1572. A construção deste retábulo insere-se no novo espírito contra-reformista saído do Concílio de Trento (1564) que encerrou com directrizes muito específicas no que concerne à criação artística<sup>1</sup>. Aliado ao poder económico e empreendedor do Cabido da Colegiada de Guimarães, foram os grandes factores responsáveis pela renovação do interior da Colegiada e pelo desenvolvimento das artes decorativas. Reagindo contra a Reforma adepta da depuração dos interiores dos templos, a Igreja Católica vai recorrer às artes decorativas com o intuito de as colocar ao serviço da fé católica. A esta conjuntura devemos aliar as cerimónias litúrgicas realizadas na Colegiada e capelas anexas, conjugadas com sermões, alfaia em ouro e prata, rica paramentaria oriunda de diversos centros europeus, que contribuem para criar um ambiente de maior aproximação com Deus e a utilização da arte como um meio de propaganda do Catolicismo e do próprio esplendor do Cabido da Colegiada de Guimarães.

A 28 de Maio de 1572, nas pousadas do Reverendo Baltazar Gonçalves, arcepreste na Colegiada, foi redigido o contrato de obra do retábulo do altar-mor da Colegiada, pelo tabelião Manuel Gonçalves<sup>2</sup>. Baltazar Gonçalves ajusta com Fernão Carvalho, imaginário, morador na rua Nova de São Bento da cidade do Porto, a feitura do retábulo do altar-mor da igreja de Nossa Senhora da Oliveira, conforme *“a huma amostra que que pera isso fez”*, pela quantia de 120\$000 réis. O encomendador obrigava-se a fazer o pagamento em quatro prestações iguais: o primeiro na feitura deste contrato; o segundo que se lhe daria *“quando tiver o banco e o frizo do meio feitos”*; o terceiro *“se lhe dara e entreguara quando tiver feito o friso de cima com as colunas”*; e os restantes quando obra for acabada e assentada. Para maior segurança do encomendador, o artista apresentava como seu fiador João de Avelar, forneiro, morador em Guimarães.

Fernão Carvalho comprometia-se a finalizar toda a empreitada e a assentá-la no dito altar-mor *“de tudo ho necesareo da feitura deste contrato”* no dia de Natal do ano seguinte (1573). No programa construtivo é mencionado que as figuras constantes no retábulo seriam feitas em talha. No que concerne à imagem de Nossa Senhora que estava *“na dita amostra ha não fara nem era obrigado a isso porque a imagem de Nossa Senhora que ora esta na dita Colegiada (...) no altar moor a mesma ha estar no dito retabullo”*. Desta forma, a anterior imagem, continuaria a ser exposta na capela-mor<sup>3</sup>.

## 3. Manuel João (mestre ensamblador) – 1685

A 11 de Outubro de 1685, Manuel João, ensamblador, morador na rua Chã do Porto, comprometeu-se a executar as grades da capela-mor da igreja do convento de S. Domingos pelo preço de 100\$000 réis<sup>4</sup>. O prazo acordado para a concretização da empreitada teria

<sup>1</sup> QUEIRÓS, Carla Sofia Ferreira – *Os retábulos da cidade de Lamego e o seu contributo para a formação de uma escola regional (1680-1780)*, Lamego, Câmara Municipal de Lamego, 2002, p.39.

<sup>2</sup> A.M.A.P. = Arquivo Municipal Alfredo Pimenta (Guimarães), nota do tabelião Manuel Gonçalves, N-10, fls. 200-203.

<sup>3</sup> Esta imagem do século XIII, em madeira, integra o espólio do Museu de Alberto Sampaio (N.º de Inv. MAS E1). Possui as seguintes dimensões: Alt. 84 cm; larg. 32 cm.

<sup>4</sup> BRANDÃO, D. Domingos de Pinho – *Obra de talha dourada, ensamblagem e pintura na cidade do Porto e na diocese do Porto. Documentação I (séculos XV a XVII)*, vol.1, Porto, 1984, pp. 611-613.

como limite o dia 15 de Fevereiro do ano seguinte. As despesas do transporte das mesmas grades do Porto para Guimarães correriam por conta do executante. Em contrapartida, o prior do convento de S. Domingos obrigava-se a dar-lhe quando andasse a assentá-las “cama, mesa e um moço para o ajudar”<sup>5</sup>.

Estas grades deveriam ser executadas de acordo com as que se encontravam na igreja de S. Nicolau do Porto, com excepção de serem mais baixas que elas uma mão travessa. Podemos desta forma verificar a difusão artística que se efectuava entre a cidade do Porto e a vila de Guimarães. Estas grades foram destruídas com as sucessivas obras de ampliação efectuadas na capela-mor.

#### 4. Luís Vieira da Cruz (escultor) – 1698-1711

Luís Vieira da Cruz é um mestre com actividade conhecida no Porto, Braga e em Arouca, durante os finais do século XVII e o primeiro quartel da centúria seguinte. A sua obra não tem passado despercebida aos historiadores de arte, pelo que podemos esboçar o seu percurso artístico. Em 1693, em parceria com Frutuoso de Azevedo executa o retábulo de Nossa Senhora do Pilar na Póvoa de Lanhoso<sup>6</sup>; em 1704, arremata a execução do retábulo de S. Francisco Xavier na igreja do Colégio de S. Lourenço do Porto<sup>7</sup>; em 1709, realiza o retábulo da Santíssima Trindade da Sé de Braga<sup>8</sup>; em 1710, trabalha na igreja de S. Paulo de Braga e na igreja paroquial de Santa Lucrécia de Aguiar<sup>9</sup>; cinco anos depois trabalha na capela do antigo hospital de S. João Marcos de Braga<sup>10</sup>; em 1722, na igreja de S. Martinho de Tibães<sup>11</sup>; no ano seguinte, compromete-se a executar o retábulo da capela-mor da igreja do convento de Arouca<sup>12</sup>.

Ao conjunto destas obras identificadas a Luís Vieira da Cruz, podemos acrescentar a sua actividade na Igreja de S. Sebastião de Guimarães e na Capela de Santo António, da freguesia de S. Tomé de Caldelas (Caldas das Taipas), termo de Guimarães.

A 15 de Outubro de 1698, Luís Vieira da Cruz, entalhador, compromete-se a executar perante o juiz e mais oficiais do Santíssimo Sacramento da igreja de S. Sebastião, a casa da tribuna e peanha para o Santíssimo Sacramento, pelo lanço de 110\$000 réis<sup>13</sup>. O entalhador apresentou como seu fiador Miguel Dias da Silva morador “as Lages do Toural desta villa”<sup>14</sup>.

<sup>5</sup> *Idem, ibidem*, pp. 612-613.

<sup>6</sup> SMITH, Robert C. – “A casa da Câmara de Braga (1753-1756)” in sep. *Bracara Augusta*, vol.22, Braga, 1968, p.39.

<sup>7</sup> Documento publicado na íntegra por BRANDÃO, D. Domingos de Pinho – *Obra de talha dourada, ensamblagem e pintura na cidade do Porto e na diocese do Porto. Documentação II (1700-1725)*, vol.2, Porto, 1985, pp.220-223.

<sup>8</sup> SMITH, Robert C. – *obra cit.*, p.40; *idem* – António Ferreira Vilaça. *Escultor beneditino do século XVIII*, vol.1, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1972, p.166; ROCHA, Manuel Joaquim Moreira da – “Altars e invocações na Sé de Braga: a formação de um espaço Contra-Reformista” in *Museu*, nº2, IV série, Porto, Circulo Dr. José Figueiredo, 1994, p.40.

<sup>9</sup> SMITH, Robert C. – “A casa da Câmara de Braga (1753-1756)...”, p.40; REIS, António Matos – “A arte na arquidiocese de Braga sob a égide do arcebispo D. Rodrigo de Moura Teles (1704-1728): o estilo, as obras e os artistas”, in Congresso Internacional do IX centenário da dedicação da Sé de Braga, Actas, vol. II/2, Braga, Universidade Católica Portuguesa / Cabido Metropolitano e Primacial de Braga, 1990, p.389.

<sup>10</sup> SMITH, Robert C. – *obra cit.*, p.40.

<sup>11</sup> *Idem, ibidem*, p.40.

<sup>12</sup> Documento publicado na íntegra por BRANDÃO, D. Domingos de Pinho – *obra cit.*, pp.639-641.

<sup>13</sup> “Contrato que fazem o juiz e mais officiaes do Santissimo de S. Sebastião desta villa com Luis Vieira da Cruz da cidade de Braga”. A.M.A.P., Nota do tabelião Brás Lopes, N-419, fls.108v-110. No momento da assinatura desta nota notarial, o artista recebeu 25\$000 réis para a compra de madeiras e o restante ser-lhe-ia dado no fim da obra. As ferragens seriam por conta do encomendador.

<sup>14</sup> Este templo que se localizava junto ao Toural, em 1892, foi demolido, passando nesse ano a igreja do extinto convento de Santa Rosa de Lima, a assumir funções de igreja paroquial da freguesia de S. Sebastião.

Em 7 de Agosto de 1710, na casa da residência da igreja de S. Cláudio do Barco era assinado o contrato para a execução da obra do retábulo da capela de Santo António<sup>15</sup>, sita no lugar da Taipá, freguesia de S. Tomé de Caldelas, sendo partes intervenientes, como arrematante o mestre escultor Luís Vieira da Cruz, morador no campo de Nossa Senhora a Branca (Braga) e como clientes, o juiz e os oficiais da Irmandade dos Sacerdotes de Santo António com sede na referida capela.

O mestre bracarense comprometia-se a fazer a obra até ao mês de Maio de 1711, sob pena de perder 20\$000 réis, “salvo se constar claramente de doença grave que tenha ou outro qualquer lezo frutuoso que o desculpe não podendo acodir a dita obrigação”. Podemos verificar que a irmandade dos Sacerdotes de Santo António, contrariamente ao que sucedia com a maioria dos clientes, era flexível quanto a impedimentos físicos que pudessem obstar o mestre de ter a obra concluída no prazo pré-estabelecido.

Os trabalhos só seriam dados por finalizados, após serem vistoriados e avaliados por dois mestres peritos na arte. No caso de serem detectadas quaisquer deficiências, o mestre ver-se-ia obrigado a refazê-la à sua custa. Em relação às madeiras a utilizar pela oficina do mestre, é especificado que fossem “bem sequas e sans sem que tenham moculos alguns”. Por toda a empreitada receberia 60\$000 réis, que o encomendador daria em dois pagamentos: no momento da assinatura desta escritura 20\$000 réis e os restantes 40\$000 réis quando o retábulo estivesse assentado na capela.

O artista comprometia-se a executar o retábulo com as suas peanhas e “mais couzas”, de acordo com a planta mandada fazer para o efeito pelo cliente. Embora os apontamentos sejam imprecisos, o documento revela-nos que a irmandade ficava obrigada a mandar buscar o retábulo à oficina do mestre entalhador Luís Vieira da Cruz e a sustenta-lo e aos seus oficiais “no tempo que se ocuparem na dita capella assentar o dito retabollo”. Em contrapartida, o mestre era obrigado a montar toda a estrutura retabilística na capela, sendo também à sua custa todos os pregos e escáfulas necessárias.

No contrato o encomendador exigia que o artista hipotecasse “todos os seus bens moveis e de raiz avidos e por aver e tersos de sua alma”, que responderiam pelo cumprimento da obra. No entanto, não foi exigida a apresentação de fiador. Por sua vez, a irmandade como garantia do pagamento ao artista dos 40\$000 réis, obrigava todos os seus bens e rendas.

Nos finais de 1917, esta capela foi totalmente demolida, devido a critérios de ordenamento urbanístico que na época se realizaram nesta freguesia<sup>16</sup>. Todo o espólio foi vendido aquando da sua demolição, incluindo o retábulo adjudicado pelo mestre escultor bracarense, perdendo-se assim o seu rasto<sup>17</sup>. Desse templo, restam apenas relatos escritos<sup>18</sup>, desenhos<sup>19</sup>, fotografias e bilhetes-postais.

<sup>15</sup> Contrato referido pela primeira vez por OLIVEIRA, António José de; OLIVEIRA, Lígia Márcia Cardoso Correia de Sousa – “Artistas bracarenses que trabalharam em Guimarães e seu termo no século XVIII”, in *Mínia*, 3ª série, nº5, Braga, ASPA, 1997, pp.161-164. Transcrito na íntegra por: idem – “O escultor Luís Vieira da Cruz e a construção do retábulo da capela de Santo António das Taipas (1710)”, in sep. *Mínia*, 3ª série, nº6, Braga, ASPA, 1998.

<sup>16</sup> SILVA, Hilário Oliveira – *Capelas, cruzeiros e clamores no arcebispoado de Guimarães e Vizeira*, Guimarães, ed. do autor, 2004, p. 98.

<sup>17</sup> ALVES, J. M. Gomes – “O Santo António nas Taipas”, in *Notícias de Guimarães*, 1 de Junho de 1984, nº2735, pp.1-2.

<sup>18</sup> Vejamos um extracto de um relato, datado de 1895: “É esta capella que actualmente existe, medindo 12, m 30 de comprido por 6,45 de largo, afóra o alpendre ou cabido sustentado por oito columnas lisas. Tem tres altares, o mór, dedicado a Santo Antonio, titular da capella e dous lateraes, um sob a invocação de Nossa Senhora d’Abbadia e outro sob a do Senhor Crucificado” (GUIMARÃES, Oliveira – *Guimarães e o Santo António*,

## 5. Miguel Correia (mestre entalhador e ensamblador) – 1717-1728

Miguel Correia trata-se de um conhecido entalhador, que exerceu a sua actividade durante a primeira metade do século XVIII. Este artista natural de Requião (concelho de Vila Nova de Famalicão), terá aprendido a sua arte na oficina do mestre entalhador e escultor Pedro Coelho, seu sogro, com oficina rural localizada em S. João de Gondar, termo de Guimarães, uma das mais importantes da região do Vale do Ave<sup>20</sup>. Com efeito, já em 1709 encontrámos Miguel Correia em Gondar, como padrinho de baptismo juntamente com Joana de Sousa (sua futura cunhada), de um neófito com o nome de seu padrinho, filho natural de Manuel Fernandes e de Maria de Lemos, do lugar do Olival<sup>21</sup>.

A 14 de Setembro de 1711, Miguel Correia filho “*legítimo de Joam Correa, já difuncto e de Maria de Sá do Lugar da Cruz freguezia de S. Sylvestre de Requião termo da villa de Barcellos com thereza de Souza*”<sup>22</sup> contraiu matrimónio, na igreja de Gondar com Teresa de Sousa, filha de Pedro Coelho<sup>23</sup>.

Após Miguel Correia ter ascendido ao círculo familiar de Pedro Coelho, iremos encontrar genro e sogro em constantes trabalhos de parceria.

Em 1717, Miguel Correia e o seu sogro, iriam trabalhar em conjunto na igreja de S. Paio de Guimarães<sup>24</sup>. Através de um documento notarial de 8 de Abril de 1717<sup>25</sup>, apercebemos que o Altar das Almas nesse ano é alvo de melhoramentos e remodelações. Deste modo, a Irmandade das Almas da igreja de S. Paio, representada por Domingos Lopes da Cunha “*hum dos infansois e governansa delle o juis que de presente serve da jrmmandade das almas*”, e Bernardo da Costa bate-folha e tesoureiro e mais oficiais da mesma, encomendaram a Pedro Coelho e ao seu genro Miguel Correia, ambos entalhadores e moradores no lugar do Olival, de S. João de Gondar<sup>26</sup>, a obra do seu retábulo “*tudo na forma de huma planta e apontamentos e na forma do petipe que estava riscado e dos apontamentos que todos avião de asinar de sorte que escolherião o que jose melhor pera o intento e comvenensia da dita obra*”.

Guimarães, Freitas, 1895,p.106). Na toponímia desta povoação, existe actualmente uma rua denominada Santo António que atravessa o local onde existiu esta capela.

<sup>19</sup> Veja-se por exemplo, um desenho da autoria de João de Almeida reproduzido em VIEIRA, José Augusto – *O Minho pitoresco*, vol.1, Lisboa, Livraria António Maria Pereira, 1886,p.632.

<sup>20</sup> Pedro Coelho é um mestre com actividade conhecida em Guimarães, Murça e S. João de Covas, durante os finais do século XVII e o primeiro quartel da centúria seguinte.

<sup>21</sup> A.M.A.P, P-331, fls.35v-36, Livro baptismos, S. João de Gondar, de 20 de Setembro de 1709.

<sup>22</sup> A.M.A.P, P-329, fl.2, Livro Misto, S. João de Gondar.

<sup>23</sup> Após a morte de Pedro Coelho (1726), Miguel Correia assumiu-se como um dos seus únicos familiares continuadores da arte da talha. Miguel Correia foi o testamenteiro de Pedro Coelho (A.M.A.P, P-329, fls.68-68v, Livro paroquial misto, S. João de Gondar).

<sup>24</sup> Em Maio de 1913, a Câmara Municipal de Guimarães decide apresentar ao Governo uma autorização para a demolição desta igreja. Em sessão de 18 de Março de 1914, o Presidente da autarquia informa a Câmara da realização da escritura da compra deste templo e aprova a sua demolição (MEIRELES, Maria José Marinho de Queirós – *O Património urbano de Guimarães no contexto da Época Contemporânea (séculos XIX-XX): permanências e alterações*, dissertação de mestrado apresentada na Universidade do Minho, Braga, 2000, pp. 284-285). O Padre Torcato Peixoto de Azevedo, em 1692, faz uma interessante descrição deste templo (AZEVEDO, Torcato Peixoto de – *Memórias ressuscitadas da antiga Guimarães (1692)*, Porto, 1845, pp. 331-332).

<sup>25</sup> Referido em primeira mão por: OLIVEIRA, António José de; SOUSA, Lúcia Márcia Cardoso Correia de – “Fragmentos da vida e obra de Pedro Coelho, mestre escultor e entalhador de S. João de Gondar (sécs. XVII-XVIII)”, in sep. *Mínia*, 3ª série, nº4, Braga, ASPA, 1996, pp.97-98. Contrato celebrado na casa do tabelião na rua da Alcobaça. Foram testemunhas: Cristóvão da Silva, familiar do tabelião, Francisco Gomes, sirgheiro e Domingos Cardoso ourives de prata, todos vizinhos do tabelião.

<sup>26</sup> Terá sido lapso do tabelião? Num assento de baptismo datado de 8 de Maio de 1717, no qual Mariana solteira filha de Pedro Coelho é a madrinha, encontrámos Miguel Correia como testemunha residente no lugar da Cabreira da freguesia de S. Jorge (A.M.A.P, P-331, fl.58v-59, Livro de Baptismos, S. João de Gondar).



Os dois artistas obrigavam-se a fazer a obra com *"toda a perfeição em todo o conteúdo dos ditos ofesiais da meza da dita irmandade"*. Toda a obra estaria terminada para o mês de Outubro desse mesmo ano (1717), sob pena de perderem 20\$000 réis do preço total da obra, que estava estipulada em 100\$000 réis. Receberam adiantados 40\$000 réis.

A 10 de Março em 1716, Miguel Correia surge-nos como fiador no contrato referente à construção do retábulo-mor e de um arcaz para a sacristia da Igreja de S. Martinho do Campo (concelho de Santo Tirso) celebrado entre Pedro Coelho, e o Padre Pedro Domingues, cura da igreja de S. Martinho do Campo<sup>27</sup> na qualidade de procurador do Reverendo João Nunes Xavier, abade de S. Martinho do Campo e secretário do Santo Ofício da Inquisição de Lisboa<sup>28</sup>. Pedro Coelho arremata toda esta encomenda por 188\$000 réis.

A 22 de Junho de 1728, reencontramos o percurso artístico de Miguel Correia, através de um contrato que celebrou com a irmandade das Almas sita na Igreja de S. Miguel de Creixomil (termo de Guimarães)<sup>29</sup>. Miguel Correia morador no lugar da Cabreira, da freguesia de S. Jorge de Selho comprometia-se a efectuar um retábulo *"fabricado e esmaginado em madeira"*, pelo ajuste de 68\$000 réis. A obra teria de estar concluída até ao fim do mês de Janeiro de 1729; não a dando pronta até esse prazo estipulado o entalhador era *"obrigado a meter mestres intilgentes e sufesientes"* para a concluírem, sendo tudo isto à sua custa. Para a execução da empreitada, a irmandade mandou executar previamente as plantas. No contrato é especificado, que o retábulo seria executado na forma de duas plantas, do seguinte modo: *"fosse feita esta obra tirada parte de huma e parte de outra"*. Estas plantas apresentadas no momento da celebração deste contrato, foram assinadas e numeradas pelo tabelião. No contrato mais é dito que a obra seria feita com elementos das duas plantas: *"na forma da primeira planta que leva numero primeiro athe a bolta principio do arco e este arco ha de ser feito na forma da segunda planta que leva numero segundo e no meio desta obra ha de levar hum painel feito de meio releve na forma que se acha metida na primeira planta"*. Este painel<sup>30</sup> seria feito segundo o modelo já executado do altar das Almas da Sé de Braga<sup>31</sup>. Podemos desta forma verificar a difusão artística que se efectuava entre a cidade de Braga e outras freguesias que compunham o seu arcebispado.

O Reverendo Abade José de Moura, abade da igreja paroquial de São Faustino de Vizela, pretendendo fazer *"huma obra de trebuna na capella maior (...) mandou chamar a*

<sup>27</sup> Documento transcrito na íntegra por: OLIVEIRA, António José de; OLIVEIRA, Lígia Márcia Cardoso Correia de Sousa – "Nótula sobre a obra de pedraria e talha da igreja de S. Martinho do Campo (1705-1716)", in *Poligrafia*, nº7/8, Arouca, Centro de Estudos D. Domingos de Pinho Brandão, 1999, pp. 109-111.

<sup>28</sup> Esta procuração apresentada pelo Padre Pedro Domingues no momento da celebração da escritura, datada de 30 de Novembro de 1715, foi trasladada pelo tabelião.

<sup>29</sup> A.M.A.P. "Aseitação e obrigação de obra que fes Miguel Correa a Irmandade das Almas de Creixomil", nota do tabelião José da Costa, N-820, fls.61v-64. Contrato transcrito na íntegra por OLIVEIRA, António José de; SOUSA, Lígia Márcia Cardoso Correia de – *A Arte e os artistas em Guimarães no século XVIII*, Porto, 2 vols, 1993, seminário de História de Arte em Portugal orientado pelo Dr. Manuel Joaquim Moreira da Rocha, no âmbito da licenciatura em Ciências Históricas da Universidade Portucalense, (dact.). Foram testemunhas presentes: José Vaz, oleiro, morador Atrás Gaia Fornos e Manuel Francisco, campeiro da irmandade, morador no lugar da Boavista, e Manuel Vaz, todos de Creixomil.

<sup>30</sup> O painel teria as seguintes dimensões: 9 palmos de altura e seis palmos de largura.

<sup>31</sup> *"feito com as mesmas figuras galhardias e mimo como se acha o altar das Almas da Santa See da cidade de Braga que elle dito mestre disse bem entendia e muitas vezes tinha visto e nelle curiozamente por ser couza da sua arte e tocante a nossa relegiam Christam tinha reparado muito bem examinado"*. Também em Braga sucedia que muitas vezes o modelo a imitar fosse um já existente (OLIVEIRA, Eduardo Pires de – "Riscar, em Braga, no século XVIII", in sep. *Forum*, nº21, Braga, Biblioteca Pública de Braga, 1997, pp.39-41).

dita soa igreja elle dito Miguel Correa por entender na fação da dita obra (...) vendo elle dito mestre o sitio e grandesa da dita capella e onde se avia de assentar nella a dita obra conforme a soa largura e altura meuda (...) se ajustaram em que havia de ser feita a dita obra”<sup>32</sup>. Deste modo, a 12 de Março de 1731, através de ajuste directo, o encomendador estabelece com o mestre a feitura da obra através de contrato notarial celebrado no escritório do tabelião José da Costa. Este contrato é riquíssimo quanto a pormenores descritivos da obra de talha a realizar. Apenas citamos, a título de exemplo, a descrição do trono:

“dentro da trebuna levará hum trono com seus bojos e meas canas tudo muito bem entalhado com seus dois anjos no fim do trono cujos anjos emtaram com seus castiçais aremeço de alumiar em muito bem feitos e trapejados com soas portas para acenderem lume em a dita trebuna e serem as portas bem entalhadas com sua talha olandesa como também por dentro toda a casa da dita trebuna de modo que nella coando for neseccario se possa expor o santicimo (...)”.

É também referido que a tribuna levaria dois nichos com suas correspondentes pia-nhas para se colocarem imagens de santos. Por toda a obra, o mestre receberia 80\$000 réis em três pagamentos. A obra teria de estar assentada até ao mês de Junho sob pena de o executante pagar ao reverendo “em dobro”

A 29 de Novembro de 1750, este mestre faleceria, sendo sepultado na igreja de Gondar<sup>33</sup>.

## 6. António Gomes e Filipe da Silva (mestres imaginários) – 1719

O altar da irmandade de Santo António erecta na igreja de S. Francisco foi objecto da intervenção dos mestres imaginários António Gomes e Filipe da Silva, considerados “dois dos artistas mais famosos da Escola do Porto da época (...) que sozinhos ou de parceria, arremataram algumas das obras mais importantes de talha no Norte do país”<sup>34</sup>.

Estes dois mestres portuenses são os autores da fase do entalhe, realizado em 1719-1720, do desaparecido retábulo da capela de Santo António da igreja de São Francisco de Guimarães, a que se seguirá o douramento e pintura em 1723, por um artista vimaranense. O período cronológico, no qual António Gomes e Filipe de Silva executam esta empreitada de Guimarães, corresponde a uma fase mais alargada (1718-1724), em que estes dois importantes entalhadores executam vários trabalhos em parceria, no Norte de Portugal. Dos seus trabalhos de sociedade podem referir-se os seguintes: a talha da capela de Nossa Senhora da Conceição da igreja do convento de S. Francisco do Porto (1718), no retábulo e credência da capela do Hospital do Espírito Santo de Miragaia (1719-1722) e a obra de talha do coro e cadeiral do convento de Arouca (1722-1724)<sup>35</sup>.

<sup>32</sup> Parcialmente transcrito por OLIVEIRA, António José de; SOUSA, Lúcia Márcia Cardoso Correia de – obra cit.

<sup>33</sup> Livro paroquial de Gondar, P-330, fl.38. Surge referenciado como viúvo de Teresa de Sousa, morador no lugar de Gonçeiro da freguesia de S. João de Gondar.

<sup>34</sup> ALVES, Natália Marinho Ferreira – “Em torno da Talha da Igreja”, in *Monumentos*, nº9, Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, 1998, p.49. Flávio Gonçalves ao debruçar-se sobre esses dois artistas, afirmava igualmente que se tratavam de expoentes da sua geração na escola portuense (“A talha da Capela da “árvore de Jesse” da igreja de S. Francisco do Porto e os seus autores”, sep. *O Tripeiro*, Porto, Livraria Fernando Machado, 1971, p.38).

<sup>35</sup> ALVES, Natália Marinho Ferreira – *A Arte da talha no Porto na época barroca – Artistas e clientela. Materiais e técnica*, vol.1, Porto, Arquivo Histórico / Câmara Municipal do Porto, 1989, pp.96-98 e 100-101; *idem* – “António Gomes”, in *Dicionário de Arte Barroca em Portugal*, dir. José Fernandes Pereira, Lisboa, Editorial Presença, 1989, pp.206-207; *idem* – “Filipe da Silva”, in *Dicionário de Arte Barroca em Portugal*, dir. José

A 29 de Maio de 1719, na capela da Ordem Terceira de São Francisco, é firmado um contrato de obra entre o juiz, escrivão e irmãos da Irmandade de Santo António e os mestres António Gomes morador na Porta de Carros da cidade do Porto e Filipe da Silva da rua do Calvário Velho, da mesma cidade<sup>36</sup>. A Irmandade de Santo António pretendia que estes dois imaginários portuenses fizessem uma tribuna *“por ser necessario e de muita beneção do glorioso Santo Antonio”* no altar da capela de Santo António, sito na igreja do convento de S. Francisco.

O encomendador explicitava que se tinham ajustado com António Gomes e Filipe da Silva, por se terem informado que eram *“mestres peritos na arte”*; o que demonstra a fama de que estes dois artistas gozavam na época. Os artistas comprometiam-se a fazer a obra segundo o projecto apresentado pelo cliente.

Para se obter um bom trabalho, era necessário que se fizesse uma boa escolha das madeiras destinadas ao entalhe. Desta forma, o encomendador estipulava que toda a empreitada fosse feita de *“boa madeira de castanho”*. O preço ajustado foi de 270\$000 réis, pagos em três prestações: o primeiro de 100\$000 réis no momento da assinatura desta escritura, de que deram quitação; o segundo de 70\$000 réis passados seis meses e os restantes 100\$000 réis, aquando da colocação do retábulo na capela. Esta obra teria de estar concluída no dia de S. Miguel do ano seguinte.

O fiador dos artistas, curiosamente era o juiz da irmandade – Francisco de Abreu Soares – que *“disse os fiava e fiava por elles em toda a dita satisfação como tambem elles irmãos pelos rendimentos da dita irmandade a pagar ce lhe a dita coantia de sento e setenta mil reis”*.

Em relação à descrição da decoração que esta obra de entalhe continha, o presente documento notarial revela-se omissivo. Para termos uma ideia mais precisa da obra de talha executada por estes mestres portuenses, temos de recorrer aos apontamentos referidos no contrato de douramento datado de 1723, que segue um procedimento estético que se insere no barroco nacional, com referência a passáros, flores, cachos de uvas, serafins e rapazes:

*“retabollo todo dourado a ouro bornido e subido os passaros he flores estufados e os cachos, e pedras arubinados e nas mais parte adonde o pedir a dita obra e os seraphins e rapazes emcarnados e os cabellos tambem dourados e fuscados e toda a dita obra sera bem dourada”*<sup>37</sup>.

O retábulo da nave da igreja do convento de S. Francisco, consagrado a Santo António, que hoje podemos observar, não se trata do mesmo que acabámos de analisar, pois foi executado décadas depois<sup>38</sup>. Segundo Oliveira Guimarães, o actual retábulo data possivelmente das alterações arquitectónicas realizadas neste templo durante 1746-1749, que certamente terão provocado o desaparecimento do retábulo executado por António Gomes e Filipe da Silva e posteriormente dourado por João da Costa.

Fernandes Pereira, Lisboa, Editorial Presença, 1989, pp.446-447; *idem* – “A Talha da Igreja do Convento de São Francisco do Porto. O forro da nave central e do transepto (1732)”, in *Revista da Faculdade de Letras-História*, 2ª série, vol.10, Porto, 1993, p.367; GONÇALVES, Flávio – *obra cit.*

<sup>36</sup> Documento publicado por OLIVEIRA, António José de; OLIVEIRA, Lígia Márcia Cardoso Correia de Sousa – “A obra de talha do retábulo de Santo António da igreja de S. Francisco de Guimarães (1719-1723)”, in *sep. Museu*, nº8, 4ª série, Porto, Circulo Dr. José Figueiredo, 1999, p.193-195.

<sup>37</sup> Documento transcrito por OLIVEIRA, António José de; OLIVEIRA, Lígia Márcia Cardoso Correia de Sousa – *obra cit.*, pp. 193-195. Dourado por João da Costa, pintor, morador na rua de Gatos (Guimarães).

<sup>38</sup> Segundo Flávio Gonçalves, este retábulo juntamente com os dois retábulos colaterais, tratam-se de exemplares executados *“num rocaille delicado e fino”* (“A talha na arte religiosa de Guimarães” in *Congresso Histórico de Guimarães e sua Colegiada*, Actas, vol.4, Guimarães, 1981, p.355).



## 7. Manuel da Silva (mestre ensamblador) – 1723

A 25 de Agosto de 1723, a obra do cadeiral e assentos do coro alto da igreja do Carmo foi encomendada pela Reverenda Madre Benta de Jesus, priora do convento, ao ensamblador Manuel da Silva morador no lugar da Ponte de Serves, da freguesia de S. Teodoro de Pedome (actual concelho de Vila Nova de Famalicão)<sup>39</sup>. A obra teria de ser acabada “*o mais depreça que puder ser*”, obrigando-se o artista a não “*tomar outra enquanto não acabar esta*”.

O mestre comprometia-se a executar toda esta empreitada, de acordo com risco apresentado pelo cliente, pela quantia de 95\$000 réis. O encomendador ficava obrigado ao pagamento da empreitada em duas fracções: 40\$000 réis no momento da assinatura desta nota notarial “*para comprar o que lhe for necessario*”; os restantes 45\$000 réis quando finalizasse e assentasse toda a obra. Para inteira satisfação da obra e cumprimento de todas as cláusulas, Manuel da Silva apresentou como seu fiador e principal pagador António de Oliveira Barreto morador na Praça da Oliveira, de Guimarães. Por seu turno, como garantia de pagamento dos 45\$000 réis, as religiosas apresentavam os bens e rendas do seu convento. Quanto a pormenores da empreitada, apenas temos conhecimento que o mestre comprometia-se a executar a obra das cadeiras do coro e os “*banquos de diante das cadeiras*”<sup>40</sup>.

Relativamente às pinturas sobre madeira que se encontram nos espaldares do cadeiral nada se sabe sobre quem teria sido o seu responsável<sup>41</sup>.

## 8. Alexandre Pinto Ribeiro (mestre ensamblador) – 1734

A primitiva sacristia da igreja do convento da Costa, possivelmente acanhada, foi reconstruída em 1734 para dar lugar a um espaço mais amplo e iluminado. Esta reforma da sacristia foi empreendida no priorado de Frei Crispim da Conceição (1733-36), que mandou pôr a pregão a empreitada da sacristia em dias para isso decretados, por ser “*prezisamente nesessaria e conducente para melhor aço e grandeza della deste dito mosteiro*”<sup>42</sup>. A 6 de Dezembro de 1734, na casa do capítulo do convento era assinado o contrato para a execução desta obra, sendo partes intervenientes, como arrematante Alexandre Pinto Ribeiro, mestre ensamblador, morador no lugar de Soutinho da freguesia de Santo Estevão de Penso (termo de Braga) e como clientes, o Reverendo padre Frei Crispim da Conceição, prior do convento e os restantes religiosos da Ordem de S. Jerónimo, convocados para este acto notarial por voz e som de campã tangida.

Devido à descoberta desta escritura notarial temos a notícia documental de que esta obra incluiu o seguinte caderno construtivo: construção de um grupo de oito arcazes com

<sup>39</sup> Documento transcrito na íntegra por OLIVEIRA, António José de – “A talha e o cadeiral da igreja do Carmo de Guimarães (1723-1754)”, in *Museu*, n.º 12, IV série, Porto, Círculo Dr. José Figueiredo, 2003, pp. 93-118.

<sup>40</sup> Podemos contabilizar 66 assentos. No entanto, no século XX, com a feitura de uma escada em madeira que faz a comunicação entre a igreja e o coro alto foi destruído um dos assentos. Sobre o coro alto situa-se um mirante espaçoso com grades para o terreiro e para todos os outros lados.

<sup>41</sup> Estas pinturas foram alvo de uma campanha de conservação e restauro, entre Maio e Julho de 2003, pela oficina Sacrorum Custos (Porto), de António José Fernandes e Susana Meneses.

<sup>42</sup> Documento transcrito em primeira mão por OLIVEIRA, António José de; SOUSA, Lígia Márcia Cardoso Correia de – *A Arte e os Artistas em Guimarães no século XVIII...* Sobre este documento veja-se: OLIVEIRA, António José de; OLIVEIRA, Lígia Márcia Cardoso Correia de Sousa – “Artistas bracarenses que trabalharam em Guimarães e seu termo no século XVIII”, in sep. *Minia*, 3ª série, n.º 5, Braga, ASPA, 1997, pp. 167-173; *idem* – “A sacristia da igreja do convento de Santa Marinha da Costa de Guimarães (1734)”, in *Museu*, n.º 9, 4ª série, Porto, Círculo Dr. José Figueiredo, 2000, pp. 99-117; *idem* – “A sacristia da igreja do convento de Santa Marinha da Costa de Guimarães (1734)”, in 8º Encontro de História Local, Guimarães, Museu de Alberto Sampaio, 2000, policopiado.

espaldares de molduras de talha dourada; dois armários parietais com remate também de talha; lajeamento do pavimento; retábulo de talha dourada; colocação de dois espelhos de cristal; novas portas; vidraças; reboco das paredes; azulejo figurativo nas paredes; forro e o tecto de madeira com as quatro virtudes cardeais<sup>43</sup> pintadas nos ângulos, e no meio um tarjão com as armas da Ordem de S. Jerónimo.

Este documento constitui uma importante contribuição para o conhecimento do mobiliário nacional, pois descreve detalhadamente os apontamentos a seguir pelo artista na construção dos arcazes e dos armários parietais.

O artista tinha de finalizar toda esta magnífica obra, num prazo limite de um ano a iniciar no momento da assinatura deste acto escrito, salvaguardando-se os religiosos, de lhe prestar qualquer tipo de ajuda. Se, por ventura não desse a obra acabada no prazo estipulado, seria penalizado, tendo assim direito os religiosos, a contratar outros oficiais e mestres para a obra, à custa e risco do mestre e dos seus fiadores.

No que respeita ao pagamento da empreitada, o montante estabelecido de 1600\$000 réis, seria saldado pelo encomendador em quatro parcelas iguais de 400\$000 réis: no acto da celebração desta escritura, o seguinte passados quatro meses, o terceiro após oito meses e o último logo que desse a obra por finalizada.

Alexandre Pinto Ribeiro, apresentou por seus fiadores: Custódio Pinto Ribeiro<sup>44</sup>, seu pai, morador no lugar de Rio Mau, da freguesia de Santo Estevão de Penso; João Pinto de Queirós seu irmão, morador na rua do Campo da Feira em Barcelos; e Manuel Ferreira Vale Mascarenhas morador na sua quinta de Maçoulas, da freguesia de Telhado (termo de Barcelos)<sup>45</sup>. A importância desta obra e o envolvimento de uma extensa quantia em dinheiro, justifica a maior prudência por parte dos religiosos na apresentação de três fiadores.

Este mestre ensamblador, especialista em móveis de sacristia, é o único até ao momento cuja carreira em Guimarães está documentada e respectivas obras ainda hoje sobrevivem na sacristia da igreja do convento da Costa.

## 9. António Fernandes Palmeira (mestre entalhador) – 1741

Entre 1741-42, é realizada a obra do retábulo e tribuna da capela-mor da igreja de Santa Rosa, pelo mestre entalhador António Fernandes Palmeira, do lugar do Outeiro, freguesia de Palmeira, termo de Braga, segundo a planta que lhe entregaram as religiosas<sup>46</sup>. O Padre António José Ferreira Caldas, numa monografia publicada em 1881, afirma que o

<sup>43</sup> A justiça, a temperança, a fortaleza e a prudência.

<sup>44</sup> Trata-se de um mestre de obras de carpintaria e pedraria (Contrato referido por OLIVEIRA, António José de; OLIVEIRA, Lígia Márcia Cardoso Correia de Sousa – “A sacristia da igreja do convento de Santa Marinha da Costa de Guimarães...”, p.109).

<sup>45</sup> Como testemunhas estavam presentes: Martinho de Vilas Boas Leitão e José da Silva, ambos “*asistentes e familiares neste dito convento*”.

<sup>46</sup> “*Obrigação de obra que fes o mestre António Fernandes Palmeira as religiosas Dominicas*”. A.M.A.P., Nota do tabelião José da Costa, N-635, fls.114-115, de 14 de Outubro de 1741. A cota deste manuscrito foi referida pela primeira vez por Flávio Gonçalves, segundo informação de Maria Adelaide Pereira de Moraes (“A talha na arte religiosa de Guimarães” in *Congresso Histórico de Guimarães e sua Colegiada*, Actas, vol.4, Guimarães, 1981, pp.349-350, nota nº63). Este documento foi publicado na íntegra por BRANDÃO, D. Domingos de Pinho – *Obra de talha dourada, ensamblagem e pintura na cidade do Porto e na diocese do Porto*, vol. 3, Porto, 1986, pp.401-406). Sobre este contrato vide igualmente: OLIVEIRA, António José de; OLIVEIRA, Lígia Márcia Cardoso Correia de Sousa – “*Artistas bracarenses que trabalharam em Guimarães e seu termo no século XVIII...*”, pp.176-177.

mestre entalhador, José da Fonseca Lima, da cidade do Porto é o autor do risco<sup>47</sup>, embora este contrato seja omissivo quanto a esta importante informação.

O mestre entalhador obrigava-se ainda, a colocar o retábulo no seu lugar com a segurança necessária, ficando por sua conta os pregos, restante ferragem e madeiras usadas. É estipulado que o custo das “estadas” seria por conta do mestre.

Como pagamento, o entalhador António Palmeira receberia 650\$000 réis. No contrato é estipulado que o artista era *“obrigado mais alem da planta a fazer o frontal do Altar em talha pello mesmo preço que fica declarado e alem da dita obra sera obrigado a por soa conta fazer duas cardencias de entalha para a cappella mor com se lhe dar com ellas unicamente catorze mil e coatrocentos reis”*.

Um ano após a assinatura desta escritura, o mestre tinha de a dar feita e acabada, sob pena de perder 100\$000 réis. Então, nessa altura a obra seria vistoriada por dois mestres peritos na arte, um nomeado pelas religiosas e o outro pelo mestre. Se por ventura, fosse encontrada alguma imperfeição na obra, o artista daria a tudo satisfação à sua custa.

## 10. Manuel da Costa Andrade (mestre entalhador) e Miguel Francisco da Silva (mestre escultor) – 1743

Num artigo publicado em 1962, D. Domingos de Pinho Brandão, dava a conhecer pela primeira vez a presença de entalhadores portuenses em Guimarães durante o século XVIII<sup>48</sup>. Por um contrato de obra lavrado no Porto a 20 de Dezembro de 1743, o mestre Manuel da Costa Andrade<sup>49</sup> comprometia-se a executar o retábulo e tribuna da capela-mor da igreja do convento de S. Francisco de Guimarães, segundo o risco de Miguel Francisco da Silva<sup>50</sup>, obra que ainda hoje podemos admirar. O mestre receberia pelo seu trabalho 500\$000 réis. O pagamento seria efectuado em três prestações: uma no princípio da obra, outra no meio e a terceira no final do trabalho. O mestre obrigou-se a dar a empreitada finda e acabada até ao dia de Natal do ano de 1744.

## 11. António da Cunha Correia Vale e Manuel da Cunha Correia (1745)

A 3 de Fevereiro de 1745, as religiosas de Santa Rosa contrataram os mestres entalhadores, António da Cunha Correia Vale, morador no lugar do Loureiro, da freguesia de S. Salvador de Delães e seu irmão Manuel da Cunha Correia, morador no lugar da Barca de Nuno da freguesia de S. Miguel de “Entre ambas as Aves”, ambos do termo da vila de Barcelos<sup>51</sup>, de *“fazerem de entalha os dois altares colletrais da igreja deste seu convento e mais prearos e aseos que faltavam pera a dita sua igreja a respeito de sua entalha pera que*

<sup>47</sup> *Obra cit.*, p. 335. Este autor não refere de que fonte extraiu esta importante informação.

<sup>48</sup> “Retábulo Mor da Igreja de S. Francisco de Guimarães” in sep. Museu, 2ª série, Porto, 1962.

<sup>49</sup> Surge como morador junto à Fábrica dos Tabacos, extramuros da cidade do Porto. Sobre a vida e obra deste reputado mestre portuense, veja-se a título de exemplo: ALVES, Natália Marinho Ferreira – “Manuel da Costa Andrade”, in *Dicionário de Arte barroca em Portugal*, dir. José Fernandes Pereira, Lisboa, Editorial Presença, 1989, p. 31. Segundo esta autora este mestre é “um dos principais responsáveis pela difusão das características da talha joanina portuense, já que leva a sua arte a diversas localidades no Norte do País (...)” (*obra cit.*, p. 31).

<sup>50</sup> Sobre este entalhador e mestre de arquitectura possivelmente natural de Lisboa, veja-se: ALVES, Natália Marinho Ferreira – “Miguel Francisco da Silva”, in *Dicionário de Arte barroca em Portugal*, dir. José Fernandes Pereira, Lisboa, Editorial Presença, 1989, pp. 450-451. D. Domingos de Pinho Brandão refere que o mestre Miguel Francisco da Silva, nomeadamente na distribuição das colunas, inspirou-se no retábulo-mor da Sé do Porto, em que trabalhara anteriormente (*obra cit.*, p. 453).

<sup>51</sup> Actualmente estas freguesias pertencem ao concelho de Vila Nova de Famalicão.

tinham mandado fazer sua planta risco e apontamentos conforme a coal planta e apontamentos vão ajustados e contratados com elles ditos mestres da dita arte (...)”<sup>52</sup>.

O prazo de execução dos dois retábulos laterais, era de um ano, recebendo os dois irmãos entalhadores a quantia de 500\$000 réis. No contrato é estipulado que além deste preço “mais seram obrigadas ellas religiosas e seu convento no asento da dita obra a dar casas a elles mestres pera estarem e dormir e concorrerem lhe com huma reçam de prato cada dia ao gentar (...) se vivendo elles mestres nas casas que ellas lhe darem porque querendo elles hir viver a outra parte antam não seram obrigadas ellas relegiozas a dita reçam”. Esta cláusula fornece-nos deste modo um dado importante, relativo à estadia dos mestres oriundos de localidades que distavam alguns quilómetros da vila de Guimarães, onde tinham arrematado as suas obras.

Dois anos depois, reencontramos estes dois irmãos, a arrematarem em parceria o retábulo e tribuna da capela-mor da igreja de S. Domingos segundo o risco e planta que os religiosos tinham mandado executar.<sup>53</sup> Os mestres moradores no lugar da Barca da freguesia de S. Miguel de Entre as Aves comprometiam-se também a executar oito sanefas para as frestas e portadas da capela-mor lavradas e entalhadas “ao moderno”. Esta obra foi arrematada por 360\$000 réis, em três pagamentos. Depois de assentada a obra esta seria “vista e revista por dois mestres peritos na arte hum por parte delles ditos reverendos padres e outro por parte delles mestres”. Se estes achassem a obra capaz, receberiam o ultimo pagamento, se por ventura “sendo que se ache alguma cousa contrariamente (...) allem de se reter o ultimo pagamento elles ditos mestres serão obrigados a demolir fase e ajustar e segurar com todo o primor” a obra. A obra tinha como prazo de execução um ano. Apresentavam como seus fiadores: António Carvalho da Costa, mestre carpinteiro, morador no lugar da Charneca da freguesia de S. Damião de Novais, Félix Ribeiro, ourives, de S. Paio e José de Azevedo, serralheiro, morador na rua Travessa, todos de Guimarães.

## 12. José António da Cunha e António da Cunha (mestres entalhadores) – 1772-1775

A 14 de Setembro de 1771, o secretário da Irmandade de Nossa Senhora, juntamente com os mais adjuntos da mesma, determinam pôr a lanços o retábulo, trono e camarim “de madeira de entalha ao moderno com beneplácito do Excelentíssimo Senhor Dom Prior D. Domingos de Portugal e Gama”<sup>54</sup>.

Da análise deste documento, pudemos constatar os motivos enunciados pela mesa da irmandade para a execução dessa nova empreitada:

“como todo o altar se achava sem retabollo por se acrescentar a capella mayor; e o velho estava emcapas de servir e parecia ficar; pera mais veneração o fazer todo de novo, e de madeira, de entalha ao moderno, se determinou se pusesse a lanços todo o camarim e trono de Nossa Senhora e da mesma forma todo o retabollo do altar, e se mandasse fazer huma e outra couza pello maginário, que fizesse as ditas

<sup>52</sup> “Obrigação de António da Cunha Correa e seu irmão de Delães as religiosas de Santa Rosa”. A.M.A.P., N-692, fls.182v-184v. O Padre António José Ferreira Caldas, menciona que em 1745 foram mandados fazer os altares laterais (obra cit., p.335). Este documento foi já referido por Maria Adelaide Pereira de Moraes (obra cit., p.16). Flávio Gonçalves segundo informação de Maria Adelaide Pereira de Moraes, apresenta a cota deste contrato de obra (obra cit., p.350, nota nº64).

<sup>53</sup> Contrato de 17 de Maio de 1747. Documento transcrito em: OLIVEIRA, António José de; SOUSA, Lúcia Márcia Cardoso Correia de – *A arte e os artistas em Guimarães...*

<sup>54</sup> A.C.N.S.O = Arquivo da Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira (Guimarães), IR. 69 (IR= Livro de termos da Irmandade de Nossa Senhora da Oliveira), fl. 43v-44.

obras com mais comunidade e bem feitas na forma dos riscos que pera esse esse efeito se mandaria fazer (...) pois fazendosse retabollo e camarim tudo de madeira ficaria o altar todo uniforme e se evitaria (...) e falta de aseio, o camarim e trono novo no meio da obra velha e ficava lugar para dipois no mesmo retabollo de madeira se poder por ornar com alfayas de prata de ambullatorias que fizerem mais vistoso o altar e orna lo da mesma senhora”<sup>55</sup>.

A irmandade determina igualmente que a obra fosse posta a lanços na igreja e que para esse efeito fossem chamados os mestres. A obra seria paga através dos rendimentos do dinheiro a juros que recebessem.

Toda esta empreitada seria executada pelos mestres entalhadores António da Cunha e seu sobrinho José António da Cunha.

Sabemos, por escritura datada de 18 de Janeiro de 1772, que a obra do trono do camarim da capela-mor da Colegiada, foi executada por José António da Cunha, mestre entalhador, morador na rua de Santo António (Guimarães), pelo lanço de 62\$400 réis<sup>56</sup>, obra esta que deveria ter o seu fim “*emthe dia de paschoa de Flores que bem deste presente anno*”<sup>57</sup>. O artista apresentava como seu fiador e principal pagador Vicente de Carvalho, mestre pedreiro, morador na Calçada da freguesia de Santa Eulália de Fermentões. Neste contrato notarial, o cliente é exigente no que se refere à qualidade da madeira, que deveria ser “*de boa madeira de castanho muito bem são sem podridão (...) bem lisas e branca*”, o que possibilitaria um entalhe modelar por parte do artista. Neste documento são enunciadas as directrizes que o entalhador deveria seguir, sendo mesmo mencionado alguns elementos caracterizadores da planta como por exemplo as letras e linhas de cor vermelha e amarela. É igualmente estipulado que a obra seria revista todos os meses pelo autor do risco ou planta<sup>58</sup>.

Três meses após a assinatura da precedente escritura é celebrado um novo contrato com José da Cunha e com seu tio, António da Cunha, acerca da execução da tribuna da capela-mor<sup>59</sup>. Os mestres comprometiam-se apenas a utilizar na empreitada “*boa madeira de castanho bem sam sem podridão nem carnas*”. Além da execução da tribuna os mestres poderiam ser obrigados ao seguinte: “*huma fresta que mostra a planta entre as colunas cazo*

<sup>55</sup> A.C.N.S.O., Ir. 69, fl. 43v

<sup>56</sup> Esta quantia seria paga em três pagamentos iguais.

<sup>57</sup> “*Obrigaçõ e contrato para a obra do trono do camarim da capella mor que faz Joze Antonio da Cunha com o juiz e mais vogais da meza da Senhora da Oliveira*”, A.M.A.P., Nota da Colegiada, C-986, fls. 26v-27v. Documento redigido pelo tabelião João Ribeiro.

<sup>58</sup> Podemos colocar a hipótese de que o autor da planta seja António da Cunha Correia Vale, pois encontramos um recibo passado pelo próprio datado de 25 de Junho de 1772, onde pudemos ler: “*recebi do Senhor Reverendo Conigo Plácido Antonio de Carvalho Fabricante da Rial Coligiada desta villa de Guimarães nove mil e seiscentos reis, procedidos das vezes que vim a ademenistração do camarim de Nossa Senhora e tambem pello mais trabalho que tive e por estar pago e satisfeito passei esta hoje Guimarães de Junho 25 de 1772.* (Assinado:) António da Cunha Correia Valle”. (A.M.A.P., Recibos avulsos da Colegiada (1770-1772), C- 1286, recibo nº 396). Este documento deverá ser a sua deslocação até ao estaleiro do retábulo.

Um ano depois, reencontramos António da Cunha como o autor do risco das frestas e do forro da capela-mor da Colegiada. Vejamos o documento: “*1773 – Recibo da Antonio da Cunha de 3200 reis. Recebi do Muito Reverendo Senhor Conigo João Manuel Lopes de Araujo tres mil e duzentos reis procedidos das vezes que fui para riscar as frestas da capela mayor da Insigne e Real Collegiada desta villa como tambem de tirar os moldes e riscar pera o forro da mesma capella. Guimarães de Junho de 1773.* (Assinado:) ANTONIO DA CUNHA CORREIA VALLE”. (A.M.A.P., Recibos avulsos da Colegiada (1773-1775), C- 1287, recibo nº 68).

<sup>59</sup> “*Obrigaçõ e contrato para a obra da tribuna da capella mor da Real Collegiada que faz Joze da Cunha e seu tio Antonio da Cunha com a meza e vogais da meza da Senhora da Oliveira*”. A.M.A.P., nota da Colegiada C-984, fls.63v-65, de 13 de Maio de 1772. Manuscrito redigido pelo tabelião António Dias de Paiva. Os dois artistas surgem referenciados como moradores na rua dos Palheiros, da vila de Guimarães.



se resolvão os senhores vogais da meza a mandar tapar a dita fresta ou o reverendo Cabido elles ditos mestres o qual enchera com algum ornato de talha correspondente a mais obra". A obra teria de ser acabada num prazo de um ano, pelo preço de 520\$000 réis, pagos em três prestações iguais. Para inteira satisfação da empreitada e cumprimento de todas as cláusulas, os dois mestres deram como seus fiadores e principais pagadores os mestres carpinteiros Domingos Gomes, morador na rua de Santa Maria junto ao Arco, e a Pedro Antunes, morador na rua da Fonte da Madroa, ambos de Guimarães.

Através de uma deliberação da Irmandade de Nossa Senhora, datada de 16 de Janeiro de 1774 temos a referência documental que o secretário e os mais mordomos da irmandade determinaram que o tesoureiro, Manuel Lopes da Cunha Velho, pagasse ao mestre imaginário Antônio da Cunha a quantia referente ao segundo pagamento da obra da tribuna de Nossa Senhora<sup>60</sup>.

A intervenção do imaginário Antônio da Cunha ainda se prolongou por mais algum tempo. Em 5 de Março de 1775, arrecadou da Irmandade de Nossa Senhora a quantia de 20\$000 réis provenientes dos "*acrecimos que fes na obra da tribuna de Nossa Senhora*"<sup>61</sup>.

Toda a anterior estrutura retabilística executada pelo mestre Pedro Coelho nos inícios do século XVIII, com a campanha de obras executadas em 1771-74, encontrava-se em 1775 desmontada nos claustros da Igreja da Colegiada. A 4 de Abril de 1775, o secretário e os irmãos da irmandade de Nossa Senhora da oliveira reunidos na sacristia do Santíssimo Sacramento decidem dar como esmola o "*retabollo da tribuna velha de Nossa Senhora*", à Irmandade do Campo da Feira, tendo em conta o requerimento feito pelos irmãos daquela irmandade que a pretendiam colocar na "*sua capella que andavão fazendo de novo e que tudo seria em ourra e louvor do Senhor dos Santos Paços*"<sup>62</sup>. Deste modo, a irmandade de Nossa Senhora decidiu oferecer o referido retábulo e tribuna velha à irmandade do Campo da Feira dando-lhe então autorização para que esta o mandasse retirar do claustro e a conduzir para a capela em construção. Além desta oferta à Irmandade do Senhor dos Passos, temos conhecimento de que a irmandade de Nossa Senhora da Oliveira, em 16 de Maio de 1778, deliberou dar como esmola à Irmandade do Campo da Feira e Santos Paços a verba de 50\$000 réis para "*ajuda da obra da sua igreja que andão fazendo para o mesmo senhor*"<sup>63</sup>.

A 25 de Janeiro de 1778, temos conhecimento que o camarim da igreja da Colegiada foi alvo de uma nova campanha de intervenção. Segundo o documento, os motivos enunciados pela irmandade eram os seguintes:

*"se achava informe assim porque nam correspondia a architettura da mesma tribuna como porque se nam pode nella por cera nem outra couza de armaçam de trono, sem escada de mam, e degraos rústicos, que alem da indecência, padece perigo, que pode soceder em semelhante exercício, foi asentado que se mandasse emendar e por sorte, que ficasse sem o dito erro pera que se chamasse pessoa capaz que se mostrasse o camarim, pera que se a vista o retabollo e tribuna, ideasse o remedio que se lhe podia dar, ou riscasse outro de novo, nam lhe podendo dar, e aproveitasse ho material ou parte do que existe, e que a tal pessoa ou artifice fosse das mais peritas na matéria e de fora da terra"*<sup>64</sup>.

<sup>60</sup> A.C.N.S.O., Ir. 69, fl. 46

<sup>61</sup> A.C.N.S.O., Ir. 69, fls. 46v-47. A decisão desse acréscimo foi tomada a 14 de Agosto de 1774 (A.C.N.S.O., Ir. 69, fl. 45v).

<sup>62</sup> A.C.N.S.O., Ir. 69, fls. 47-47v

<sup>63</sup> A.C.N.S.O., Ir. 69, fl. 60

<sup>64</sup> A.C.N.S.O., Ir. 69, fls. 59-59v

### 13. José Álvares de Araújo (mestre entalhador) – 1746

A 1 de Junho de 1746, numa das “*cazas das grades*” do convento do Carmo<sup>65</sup>, José Álvares de Araújo, mestre entalhador ou aparelhador de retábulos<sup>66</sup> arrematou a empreitada da feitura do retábulo-mor<sup>67</sup>, dos dois altares laterais<sup>68</sup> e das sanefas da igreja do Carmo, pela quantia de 930\$000 réis.

Com esta obra de talha, as religiosas tinham como objectivo a beneficiação artística da sua igreja e motivações religiosas, como podemos observar nestas elucidativas palavras do contrato de obra: “*melhor açoitado da dita igreja e culto devino*”.

O mestre comprometia-se perante o cliente, a executar o retábulo-mor com a sua tribuna até ao mês de Fevereiro do ano seguinte. Por sua vez, os altares laterais, as sanefas e “*mais apendios*” teriam de estar assentados até ao mês de Fevereiro de 1748. No entanto, a obra só era dada por concluída depois de se proceder à vistoria efectuada por dois mestres peritos, do mesmo ofício do artista: um por parte da comunidade religiosa, outro pelo mestre. No momento desta vistoria, José Álvares de Araújo era obrigado a apresentar as plantas e os apontamentos que recebeu durante a assinatura da nota notarial. Se por ventura não tivessem sido cumpridas integralmente as disposições que constavam da planta e dos apontamentos, o mestre bracarense era punido através de uma multa de 100\$000 réis. Prevendo-se o recurso à justiça, caso algum problema viesse a ocorrer, seriam as respectivas demandas por parte do artista e do seu fiador tratadas nas instâncias judiciais de Guimarães, e por parte das religiosas na cidade de Braga.

As religiosas competia proceder ao pagamento em duas fracções: 600\$000 réis depois do retábulo-mor e tribuna estarem assentados na igreja; a última de 330\$000 réis, no final de toda a empreitada. O encomendador comprometia-se durante o assento da obra, a fornecer ao mestre “*um reçam da comonidade feita e cozinhada e caza propiçoa ao dito convento pera viver*” e o caldo para os seus oficiais. Para maior segurança do encomendador, o artista apresentava como seu fiador, António Luís, pintor, morador na rua de Santa Luzia (extramuros de Guimarães). Como testemunhas estiveram presentes: Frutuoso Mendes Brandão, carpinteiro, morador na rua de Santa Luzia; o Padre António Gomes de Barros, morador na rua Nova das Oliveiras; e Veríssimo Antunes, lavrador, residente no lugar do Assento, freguesia de S. Salvador de Briteiros.

Poucos dias após a celebração deste contrato, é assinada no convento do Carmo, na presença da priora do convento, do artista e do seu fiador, uma alteração ao contrato previamente celebrado, que consistiu na substituição das plantas e apontamentos anteriormente cedidos ao artista para a feitura da obra<sup>69</sup>. As plantas e apontamentos que a priora e as restantes religiosas tinham mandado elaborar, não tinham agradado ao arcebispo D. José de Bragança, seu prelado, que de imediato mandou executar novo risco:

<sup>65</sup> Contrato notarial parcialmente transcrito e referido pela primeira vez por OLIVEIRA, António José de; SOUSA, Lígia Márcia Cardoso Correia de – *A arte e os artistas em Guimarães no século XVIII...* Transcrito na íntegra por OLIVEIRA, António José de; OLIVEIRA, Lígia Márcia Cardoso Correia de Sousa – “Mestres pintores portugueses em Guimarães (1754-1768): sua actividade na Igreja do Carmo e de S. Domingos”, in *Poliografia*, n.º 9, Arouca, Centro de Estudos D. Domingos de Pinho Brandão, 2000, (no prelo).

<sup>66</sup> O artista morava na rua dos Chãos da cidade de Braga.

<sup>67</sup> Neste retábulo, o artista teria de fazer uma tribuna “*com todos os mais apendios*”.

<sup>68</sup> Tratam-se dos altares laterais dedicado a Santa Ana (lado Evangelho) e a Nossa Senhora do Carmo (lado Epístola) (CALDAS, Padre António José Ferreira – *obra cit.*, p. 347).

<sup>69</sup> Transcrito na íntegra por OLIVEIRA, António José de; OLIVEIRA, Lígia Márcia Cardoso Correia de Sousa – “Mestres pintores portugueses em Guimarães (1754-1768)... Foram testemunhas presentes: António da Cruz, procurador dos negócios deste convento e Manuel de Miranda Machado, vizinho do convento.

*"esta não agradando a Sua Alteza o Serenissimo Dom Joze Arcebispo do Arcebispado Primas Seu Prellado as ditas plantas e apontamentos mandou fazer novas plantas e apontamentos com mais agudeza e aço na sua prefeição que ao fazer desta escriptura de declaraçam foram apresentados".*

As novas plantas e apontamentos ordenados pelo Arcebispo D. José de Bragança, das quais mais uma vez não é citado o autor do risco, foram assinadas pelo tabelião, pela priora e pelo artista. Este último obrigava-se a executar a empreitada pelo mesmo preço e condições estipuladas pela precedente escritura, mas na forma do novo risco. Note-se aqui, a ingerência e a influência de carácter artístico do arcebispo de Braga na obra de talha deste convento e a sua preocupação em transmitir uma nova e melhorada fisionomia à obra de talha, que correspondesse à dignidade do convento e do seu próprio episcopado.

#### 14. António José Pereira de Santa Ana, João do Couto Teixeira, João Pereira Cardoso e Luís Pinto Leitão (mestres pintores) – 1754

Em 1754, é posta a lanços o douramento e pintura desta obra de talha, no priorado da Madre Josefa Luísa de Santa Rosa, tendo-a arrematada pela quantia de 920\$000 réis, os seguintes mestres pintores portuenses: António José Pereira de Santa Ana, João do Couto Teixeira, João Pereira Cardoso e Luís Pinto Leitão. O contrato notarial é firmado no dia 9 de Março de 1754, no locutório do convento, na presença do encomendador, dos artistas, dos fiadores e das testemunhas<sup>70</sup>.

Das várias etapas observadas na preparação prévia da madeira, que possibilitava a aplicação da folha do ouro sob uma superfície lisa, neste documento é descrito pormenorizadamente, uma das técnicas usadas nesta preparação: o aparelhamento. Como a durabilidade do douramento dependia do número de mãos de gesso grosso, gesso malte, do bolo arménio e do tipo de cola utilizada, o encomendador recomendava que o aparelho fosse feito com três mãos de gesso grosso, quatro de gesso malte e quatro de bolo arménio, num total de onze mãos, e que fosse utilizada boa cola de retábulo. A responsabilidade dos mestres portuenses quando ao aparelho prolongava-se por um período dilatado de cinco anos. Se por acaso, dentro desse prazo o ouro ressaltasse por falta de aparelho, os artistas comprometiam-se a refazer toda a obra à sua custa e risco.

Em relação ao ouro, é expresso que fosse utilizado ouro subido, fino e brunido, ou seja, ouro de alta qualidade, polido e brilhante. Por parte do encomendador houve uma preocupação estética de transmitir uma variada policromia, que não se limitava ao dourado, mas a um impacto visual mais realista, notório nos elementos decorativos do retábulo como os *"rapazes e serafins"* que seriam *"fuscados"*.

Além da obra de talha executada pela oficina do mestre José Álvares de Araújo, que como vimos incluía o retábulo-mor, dois altares laterais e as sanefas, os mestres pintores comprometiam-se a dourar *"toda a mais talha que se acha ornando a sua igreja"*, que incluía os púlpitos<sup>71</sup>, remates de portas, credências<sup>72</sup>, o óculo do coro, e o retábulo da sacristia.

<sup>70</sup> Transcrito na íntegra por OLIVEIRA, António José de; OLIVEIRA, Lígia Márcia Cardoso Correia de Sousa – *obra cit.*; OLIVEIRA, António José de – "A actividade de artistas portuenses em Guimarães (1685-1768)", sep. Museu, nº11, 4ª série, Porto, Círculo Dr. José Figueiredo, 2002, pp. 190-194.

<sup>71</sup> No documento anterior não é referido a feitura dos dois púlpitos existentes na igreja. No entanto, podemos atribuí-los com algumas reservas, à oficina de José de Araújo.

<sup>72</sup> Actualmente, estas duas credências ainda subsistem na capela-mor.

Possivelmente, este último retábulo será o mesmo, que desde 1943 se encontra exposto no Museu de Alberto Sampaio<sup>73</sup>.

Em relação às imagens existentes nos três retábulos, comprometiam-se a estofa-las “ao moderno sobre ouro com ouro”, com excepção das imagens de Santa Ana e de Santa Gertrudes. A imagem de Santo Cristo existente na sacristia, também seria alvo da intervenção dos mestres portuenses devendo ser encarnada, isto é, os pintores obrigavam-se a obter um colorido perfeito que imitasse a carne do corpo de Cristo<sup>74</sup>. No altar-mor, os artistas obrigavam-se igualmente a dourar algumas tábuas para se colocarem castiçais quando se expusesse o Santíssimo Sacramento e o lugar do Senhor que se encontrava debaixo do sacrário. No contrato é também estipulado que dourassem os 230 “micheiros (...) que custuma servir nas funsois desta jgreja”. Por fim, os artistas obrigavam-se a pintar os elementos escultóricos da belíssima frontaria da portaria do edifício conventual constituído pelos três anjos e serafins<sup>75</sup>, datada de 1732, da autoria de João e António Pinto.

Entre o encomendador e o artista, é acordado que toda esta empreitada seria realizada conforme a vontade e o agrado de D. José de Bragança, arcebispo de Braga. A empreitada só era dada por finalizada, após se proceder à sua vistoria efectuada por dois mestres do mesmo ofício dos artistas, chamados para esse efeito pelo arcebispo e pelas religiosas. Os artistas obrigavam-se a iniciar a empreitada no dia de S. José do corrente ano. A conclusão da obra da capela-mor estava prevista até ao mês de Junto, enquanto que a restante empreitada tinha um prazo mais alargado – final mês de Novembro.

Para maior segurança do cliente, os mestres portuenses davam as fianças exigidas pelas religiosas e apresentavam para além disso, os seus fiadores: José da Silva Guimarães, homem de negócios e João Caetano Moura Queirós, cirieiro, ambos de Guimarães. Os mestres receberiam os 920\$000 réis em três prestações iguais: a primeira no início da obra, a segunda no meio e a última quando a finalizassem<sup>76</sup>. Contrariamente ao primeiro contrato celebrado com o mestre bracarense, tanto a alimentação como a estadia eram por conta dos mestres portuenses.

Estes quatro mestres pintores portuenses são artistas com actividade conhecida, durante o século XVIII. As suas obras não têm passado despercebidas aos historiadores de

<sup>73</sup> Este retábulo foi adquirido em Abril de 1943, por Alfredo Guimarães, director do Museu de Alberto Sampaio, pela quantia de 1200\$00, ao Asilo de Santa Estefânia (A.M.A.S.= Arquivo do Museu de Alberto Sampaio, Livro correspondência manuscrito n.º 6, ofício n.º 164, de 10 de Setembro de 1945). Em Abril de 1951, foi alvo de douramento pelo mestre Manuel de Sousa Braga, pelo preço de 250\$00 (A.M.A.S., factura de 13 de Abril de 1951). Em 1953, este retábulo estava exposto no claustro, no dizer de Alfredo Guimarães “um famoso altar, em madeira doirada e do estilo barroco, que foi das freiras do Carmo, de Guimarães” (Guimarães, *Guia de turismo*, 2ª ed., Guimarães, Câmara Municipal de Guimarães, 1953, p. 155). Actualmente, encontra-se exposto no corredor dos Gabinetes, com o n.º de inventário E 124. Possui as seguintes dimensões: alt. 214 cm; larg. 203 cm; prof. 40 cm.

<sup>74</sup> No estado actual das fontes documentais compulsadas não nos é permitido saber o autor que esculpiu toda esta imaginária existente na igreja e na sacristia do convento do Carmo. Contudo, não convém esquecer que muitas vezes sucedia que as imagens ao longo dos tempos eram sujeitas às repinturas e reencarnações frequentes o que pode dificultar a atribuição da autoria destas imagens (FLEXOR, Maria Helena Ochi – “Autorias e atribuições: a escultura na Bahia dos séculos XVIII e XIX”, in *Museu*, n.º 7, 4ª série, Porto, Círculo Dr. José Figueiredo, 1998, pp.197-198).

<sup>75</sup> No documento é referido que seriam apenas pintados as suas “cabeças”.

<sup>76</sup> No livro de despesas desta instituição referente ao triénio da Madre Josefa Luísa de Santa Rosa (1752-1754) encontra-se uma despesa referente à “douradura da igreja e mais acrescimos” que totaliza 965\$985 réis (A.M.A.P., Livro de despesas do Convento do Carmo, MC-298, p.68, cota antiga: A-9-1-21). Trata-se da obra de douramento e pintura arrematada pelos mestres pintores do Porto. Todavia, esta despesa é superior em 45\$985 réis em relação ao contrato de obra, o que nos indicia que a igreja foi alvo de uma maior intervenção por partes desses mestres portuenses.

arte, pelo que podemos esboçar o seu percurso artístico. António José Pereira morador na rua de Santa Ana, permanece activo entre 1735 e 1774<sup>77</sup>. Em 1747, juntamente com o mestre pintor Pedro da Silva Lisboa, compromete-se a executar o douramento da capela-mor e frontispício da igreja do convento de Santa Clara, do Porto<sup>78</sup>. João Pereira Cardoso residia na rua de Trás, com actividade conhecida entre 1733 e 1772<sup>79</sup>. Em 1750, João do Couto Teixeira em parceria com Luís Pinto Leitão ajustam o douramento dos retábulos laterais e do frontispício do arco cruzeiro da igreja da Lavra (Matosinhos)<sup>80</sup>. Em 1751, Luís Pinto Leitão surge como fiador do mestre entalhador portuense Manuel Costa de Andrade, que executou o retábulo de Santa Luzia da igreja do Convento de S. Francisco, do Porto<sup>81</sup>. Em 1754-1755 realiza o douramento das varandas e sanefas de talha das janelas do corpo da igreja do Bom Jesus de Matosinhos<sup>82</sup>. Em 1763, efectua o douramento dos castiçais para o altar do Senhor Jesus da igreja da Misericórdia do Porto<sup>83</sup>.

### 15. Domingos Francisco Vieira (mestre pintor) – 1768

No acto notarial, lavrado a 15 de Maio de 1768, no escritório do tabelião Bento de Sousa Guimarães, estiveram presentes: Cristóvão Alves de Melo, tesoureiro da irmandade de Nossa Senhora do Rosário, morador na praça de S.Tiago; e o capitão Jerónimo Fernandes Guimarães, procurador de Domingos Francisco Vieira morador na Porta do Olival e do seu fiador. Dias antes, a mesa da irmandade tinha posto a lanços esta obra que foi rematada pelo lanço mais baixo do mestre portuense de 399\$000 réis. Segundo os oficiais da irmandade, esta empreitada tinha como objectivo a “*milhor edeficasam e veneracam ha mesma Senhora e suas funcões*”.

Através da leitura dos apontamentos assinados pelos oficiais da mesa, temos notícia de que o artista na pessoa do seu procurador obrigava-se a executar esta empreitada na forma seguinte:

*“o mesmo altar todo dourado e o acresimo da piania delle sem fosco algum e isto com ouro subido e tambem dourasse a jinela do pulpito e seus castiçais a romana e os coatro anjos grandes e dois piquenos reformados de novo e a piania emvernizada toda a verniz subido”*

Neste contrato é estipulado que o mestre pintor somente poderia aplicar o douramento em toda a obra na presença dos membros da irmandade para verificarem se o ouro estava “*capas*”. A obra só era dada por concluída, após ter sido vistoriada por mestres peritos, chamados para esse efeito. O artista seria punido caso não tivessem sido cumpridas na

<sup>77</sup> D. Domingos de Pinho Brandão apresenta uma procuração datada de 1735, na qual o mestre entalhador José Teixeira Guimarães confere poderes a António José Pereira para receber o dinheiro que se lhe devia da obra de talha do altar dos Passos da igreja de Ovar (*Obra de talha dourada, ensamblagem e pintura na cidade do Porto*, vol.3, 1986, pp. 306-307). Natália Marinho Ferreira Alves refere vários documentos entre 1748 e 1774, nos quais este artista está presente (*A arte da talha no Porto na época barroca...*, vol.2, pp. 632-633).

<sup>78</sup> Documento publicado na íntegra por Brandão, D. Domingos de Pinho – *obra cit.*, vol.3, 1986, pp.521-524.

<sup>79</sup> ALVES, Natália Marinho Ferreira – *obra cit.*, vol.2, pp.536-537.

<sup>80</sup> Documento publicado na íntegra por Brandão, D. Domingos de Pinho – *obra cit.*, vol.3, 1986, pp.568-572. Ambos eram moradores na rua de Entre Paredes. Em 1752, João do Couto Teixeira morava junto à Senhora da Batalha, freguesia de Santo Ildefonso (ALVES, Natália Marinho Ferreira – *obra cit.*, vol.2, p.677). Em 1764, Luís Pinto Leitão tinha 52 anos de idade (*idem, ibidem*, vol.2, p.707, nota nº710). Portanto quando trabalha em Guimarães contava com 42 anos de idade.

<sup>81</sup> Documento publicado por BRANDÃO, D. Domingos de Pinho – *obra cit.*, vol.4, 1987, pp.48-50. Nessa altura era morador na rua de Cima do Muro.

<sup>82</sup> *Idem, ibidem*, p.84.

<sup>83</sup> *Idem, ibidem*, p.200.



íntegra todas as disposições constantes nos apontamentos, ou se no prazo de quatro anos o ouro ressaltasse. Essa punição resumia-se no pagamento de um novo douramento executada por outro mestre. A irmandade comprometia-se a pagar a empreitada em três fracções, a última das quais após se ter realizado a vistoria final.

Domingos Francisco Vieira apresentava por seu fiador José Vicente Antunes Pereira morador na cidade do Porto que também não se encontrava presente. Ambos eram representados pelo Capitão Jerónimo Fernandes Guimarães, que no acto da assinatura desta nota notarial apresentou as duas procurações dos seus constituintes assinadas em Guimarães e datadas de 11 de Abril de 1768<sup>84</sup>.

## 16. Boaventura José da Silva (mestre pintor) – 1771

A 30 de Novembro de 1771, temos notícia de que Boaventura José da Silva, mestre pintor, residente na cidade de Braga, tinha já concluído a obra de pintura do retábulo e do tecto da capela-mor da igreja de S. João de Brito, no termo de Guimarães<sup>85</sup>.

Trata-se do pagamento de 34\$800 réis, que deu Manuel Lopes da Cunha como procurador de Lourenço Gonçalves da Câmara Coutinho, comendador da igreja de S. João de Brito, depois de terminada a obra de pintura realizada por Boaventura José da Silva.

Contrariamente aos restantes documentos mencionados neste trabalho, não encontramos o contrato de obra, mas encontramos sim, o instrumento de paga e quitação. Esta escritura revela-se de grande importância, pois fornece-nos elementos seguros de como a empreitada teve efeito e o prazo da sua execução.

<sup>84</sup> Nos trabalhos executados durante o restauro da igreja de S. Domingos, pela Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, foram desmontados os altares que se encontravam encaixados nas paredes das naves laterais e nas paredes testeiras do transepto, o que provocou o desaparecimento deste altar votivo a Nossa Senhora do Rosário. Com efeito, em Julho de 1945, a Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais procedia à desmontagem do altar da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário para “o efeito de desobstruir uma janela ogival que está instalada por detrás do mesmo altar” (A.D.R.E.M.N. = Arquivo da Direcção Regional dos Edifícios e Monumentos do Norte (Porto), Processo administrativo da Igreja de S. Domingos, pasta 1, ofício de 17 de Julho de 1945, enviado ao Director Geral da D.G.E.M.N., pela secretária da Irmandade de N.ª S.ª Rosário). O apeamento dos dois altares encostados às paredes testeiras do transepto (Nossa Senhora do Rosário e Senhora do Terço) foi efectuado pela firma de construção civil António Domingues Esteves, de Valadares, pela quantia de 2500\$00 cada um. Esta firma realizou igualmente o desentaipamento das duas janelas exteriores existentes por detrás dos altares, pelo preço de 350\$00 cada uma (A.D.R.E.M.N., Processo administrativo da Igreja de S. Domingos, pasta 1, proposta de ajuste particular para a execução de diversos trabalhos na igreja de S. Domingos, de 18 de Outubro de 1945). Um ano depois, o arcebispo de Braga, solicitava ao Director Geral da Fazenda Pública a cedência dos altares de Nossa Senhora do Rosário e da Senhora do Terço (A.D.R.E.M.N., Processo administrativo da Igreja de S. Domingos, pasta 1, of. de 30 de Outubro de 1946). Poucas semanas depois a D.G.E.M.N. autoriza a saída dos referidos altares para serem recolocados nas igrejas do Seminário de Nossa Senhora da Conceição, em Braga e de Moreira de Cónegos, em Guimarães (A.D.R.E.M.N., Processo administrativo da Igreja de S. Domingos, pasta 1, of. nº 4367 de 21 de Novembro de 1946). Dado que ambas as mesas das irmandades reivindicavam os seus direitos de propriedades sob os altares em questão, o prelado bracarense desistiu das suas pretensões (A.D.R.E.M.N., Processo administrativo da Igreja de S. Domingos, pasta 1, of. de 9 de Setembro de 1948). Dois anos depois as duas irmandades renovavam o pedido de entrega dos seus altares, apesar de não se oporem à colocação de um dos altares em substituição do retábulo-mor da igreja (A.D.R.E.M.N., Processo administrativo da Igreja de S. Domingos, pasta 1, ofício de 7 de Setembro de 1950). No entanto, como ainda em 1956, os dois altares retirados das paredes testeiras do transepto continuavam desmontados, as citadas irmandades, vinham mais uma vez requerer ao Director Geral da D.G.E.M. N. para que pelo menos um dos altares fosse colocado na capela-mor da igreja (A.D.R.E.M.N., Processo administrativo da Igreja de S. Domingos, pasta 3, ofício de 10 de Julho de 1946). A partir dessa data desconhecemos até ao momento o paradeiro destes altares. Do retábulo dourado por Domingos Francisco Vieira foi publicada uma fotografia do mesmo antes ao seu apeamento (MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS – *Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, Igreja de S. Domingos de Guimarães*, nº108, 1962, fig. Nº33).

<sup>85</sup> Documento referenciado por OLIVEIRA, António José de; SOUSA, Lígia Márcia Cardoso Correia de – “Artistas bracarense que trabalharam em Guimarães ...”, pp.26-27.

## 17. Luís Pinheiro Lobo (mestre pintor) – 1777

A 16 de Agosto de 1777, Luís Pinheiro Lobo, mestre pintor, natural de Vila Nova de Famalicão, obriga-se a executar o douramento do retábulo do altar da Irmandade de Nossa Senhora do Terço existente no interior da Igreja do convento de S. Domingos, de Guimarães<sup>86</sup>. O mestre pelo lanço de 405\$000 réis comprometia-se além do douramento do retábulo, dourar a banqueta dos castiçais, uma cruz e a estofar e encarnar os dois santos que se encontravam nos dois nichos do altar. Esta empreitada seria revista em dois momentos distintos: o primeiro depois de efectuado o aparelho (são especificados 14 mãos de aparelho<sup>87</sup>); e o segundo, depois de dar o douramento por finalizado. O artista apresentava como seu fiador o conceituado mestre organeiro D. Francisco António Solha residente na rua da Fonte Nova, de Guimarães<sup>88</sup>. A obra teria de estar concluída até ao último dia do mês de Abril do ano de 1778. A 2 de Junho de 1778, temos conhecimento através de um documento de paga e quitação que o artista recebeu a quantia estabelecida no contrato de obra<sup>89</sup>.

Este mestre interveio ainda na Igreja da Colegiada de Guimarães. A 10 de Junho de 1780, a irmandade de Nossa Senhora da Oliveira decide pôr a pregão a obra do douramento do retábulo e camarim de Nossa Senhora da Oliveira. Para esse efeito, é encarregue o irmão tesoureiro de mandar afixar editais na vila de Guimarães *“e mais partes em dia certo para que os douradores venhão lançar na dita obra, e dada a quem melhor, e mais barata a fizer, se lhe fará sua escriptura, com as seguranças precisas na forma do estilo”*<sup>90</sup>.

A 1 de Setembro do mesmo ano, na rua Nova das Oliveiras, escritório do tabelião Nicolau António Pereira, é celebrada a escritura notarial do douramento do retábulo, camarim e mais pertencas da tribuna da Nossa Senhora da Oliveira<sup>91</sup>. A obra foi arrematada pelo mestre pintor e dourador Luís Pinheiro de Azevedo Lobo, assistente na vila de Guimarães, pela soma de 600\$000 réis<sup>92</sup>. Por parte do encomendador encontrava-se presente José Fernandes Guimarães, *“procurador bastante que mostrou ser da meza da Irmandade de Nossa Senhora da Oliveira desta ditta villa”*<sup>93</sup>. No douramento, o mestre obri-

<sup>86</sup> *“Obrigaçam e contrato ao douramento do retabulo de Nossa Senhora do Terço colocada no convento de S. Domingos desta villa de Guimarães entre os irmãos da meza da sua irmandade e Luiz Pinheiro Lobo mestre pintor”*. A.M.A.P., nota do tabelião Nicolau António Pereira, N-1085, fls. 109v-112v.

<sup>87</sup> *“Quatro mãos de gesso grosso e quatro de gesso mate, e seis de bolla”*.

<sup>88</sup> Acerca deste mestre veja-se a título de exemplo: JORDAN, W. D. – “Dom Francisco António Solha, organeiro de Guimarães”, in *Boletim de Trabalhos Históricos*, 1ª série, Guimarães, Arquivo Municipal Alfredo Pimenta, vol. 34, 1984. Temos conhecimento que da oficina de Francisco Solha estava presente no momento da assinatura deste contrato a título de testemunha: Cipriano Novais, carpinteiro, natural da freguesia de S. Salvador de Briteiros, assistente na casa de D. Francisco Solha.

<sup>89</sup> *“Paga e quitação he de 105\$000 réis (sic) que da Luiz Pinheiro Lobo mestre pintor aos irmãos da meza da irmandade da Senhora do Terço collocada no convento de Sam Domingos desta villa”*. A.M.A.P., nota do tabelião Nicolau António Pereira, N-1086, fls. 135-135v.

<sup>90</sup> A.C.N.S.O., Ir. 69, fl. 62-62v

<sup>91</sup> *“Contrato que faz a meza da Irmandade de Nossa Senhora da Oliveira desta villa com Luiz Pinheiro de Azevedo Lobo mestre pintor assistente nesta villa”*. A.M.A.P., nota do tabelião Nicolau António Pereira, N-1090, fls. 108-109v. Estavam presentes as seguintes testemunhas: Francisco Leite, mestre barbeiro, da rua Travessa, e António Machado, ourives, *“que foi nesta villa e morador na rua da Fonte Nova”*.

<sup>92</sup> A 10 de Março de 1781, os irmãos da irmandade deliberam que Jerónimo Leite Pereira, tesoureiro da irmandade efectuasse o pagamento dos 600\$000 réis ao mestre dourador pelo douramento do retábulo do altar de Nossa Senhora. A pedido do mestre a irmandade delibera além desta quantia o pagamento de mais 48\$000 réis, pois o mestre tinha dado comprimento à referida obra com toda a perfeição e brevidade (A.C.N.S.O., Ir. 69, fl. 64).

<sup>93</sup> Procuração datada de 28 de Agosto de 1780.

gava-se a utilizar bom ouro de preço de 7\$000 réis. O metal precioso seria comprado pelo tesoureiro da irmandade que *“se lhe irá dando conforme for trabalhando, e será pago por conta do dito dourador por conta do preço”*. Numa das cláusulas do contrato é estipulado que após o dourador ter colocado quatro ou cinco milheiros de ouro no douramento, a mesa da irmandade mandaria chamar dois ou três douradores *“ou quem muito lhes pareser examinar se o referido dourador fizer a obra na forma dos apontamentos e segurança estipulada nos ditos apontamentos”*.

#### 18. Damião Pereira (entalhador) – 1779

Através de um recibo da Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira datado de 1779, temos conhecimento que o entalhador portuense Damião Pereira projectou o risco da estante do coro da igreja da Colegiada pela quantia de 2\$880 réis<sup>94</sup>.

#### 19. Manuel Alves de Araújo (mestre entalhador) – 1789.

A 24 de Maio de 1789, Manuel Alves de Araújo, mestre entalhador, morador no lugar de Santa Marinha, da mesma freguesia, do couto de Landim obriga-se a executar o anteparo da porta principal da Igreja de Nossa Senhora da Oliveira, segundo o risco feito pelo mestre Dom Joaquim<sup>95</sup>. No contrato é especificado que o mestre utilizasse madeira de castanho lisa e boa. A Colegiada nesta nota notarial celebrada no claustro da Colegiada estava representada pelo Reverendo Cônego José Coelho da Silva, fabriqueiro da Fábrica do Cabido da Colegiada. O mestre receberia a quantia de 144\$000 réis divididos em três pagamento. Além desta quantia, o encomendador obrigava-se a fornecer toda a ferragem, dobradiças e um varão necessários à obra. O mestre apresentava como seu fiador Manuel Correia Requião, homem de negócio, morador no rossio do Toural, de Guimarães.

#### 20. Diogo José da Costa (mestre pintor) – 1798

A 29 de Março de 1798, o Reverendo Domingos Gonçalves de Carvalho, abade de S. Salvador de Pinheiro contrata com o mestre pintor Diogo José da Costa da freguesia de Landim, a obra de pintura e douramento da igreja de Pinheiro, pela quantia de 185\$000 réis<sup>96</sup>. A empreitada constava do douramento do altar-mor, altares laterais, púlpito e o santuário existente na sacristia; pintura do tecto do coro, capela-mor e da sacristia. O mestre apresentou como seu fiador António Correia da Silva, mestre pintor, morador na freguesia de S. Tiago de Rebordões (actual concelho de Santo Tirso). Esta obra tinha um prazo de execução de quatro meses. Neste contrato é inserida uma cláusula referente ao vigor do contrato que valeria por dez anos para que nesse espaço de tempo a obra apresentasse alguma *“ruína por falta de aparelho e segurança”* ficaria o mestre responsável pelo prejuízo daí resultante.

<sup>94</sup> A.M.A.P., Recibos da Colegiada (1779-1780), C-1290, doc. Avulso nº 186.

<sup>95</sup> *“Escritura de contrato ao feito e segurança do anteparo da porta principal da Igreja de Nossa Senhora da Oliveira e fiança a seu comprimentol”*. A.M.A.P., nota da Colegiada, tabelião António Dias de Paiva, C-1003, fls. 86-87v.

<sup>96</sup> *“Contrato e obrigação a satura da obra que fazem o Reverendo Domingos Gonçalves de Carvalho abade do Salvador de Pinheiro com Diogo Joze da Costa meste pintor da freguezia e couto de Landim termo de Barcelos”*, A.M.A.P., nota do tabelião Nicolau António Pereira, N-1135, fls. 131-132v. Foram testemunhas presentes: Amaro José da Silva Campo, pintor, morador na freguesia de S. Salvador de Joane (actual concelho de Vila Nova de Famalicão) e João Solheiro, criado do Reverendo Padre.

## 21. Conclusão

Assim terminamos este percurso pela actividade dos artistas ligados à obra de talha do Entre-Douro-e-Minho que trabalharam em Guimarães, tentando traçar o seu evoluir desde o último quartel de Seiscentos até finais do século XVIII. Um trabalho deste tipo, devido à vasta documentação existente em arquivo, nunca está completamente finalizado. Esperamos que as pesquisas arquivísticas a que continuamos a proceder, permitam que o futuro ofereça novos elementos que possibilitem estudar com mais minúcia a mobilidade de artistas em Guimarães. É por isso, que devemos assinalar o carácter provisório e parcellar dos resultados aqui apresentados.

No ciclo aqui apresentado devemos salientar que a talha e a pintura vimaranense constituem um reflexo do dinamismo económico, religioso e artístico de Guimarães, permitindo deste modo o afluxo de conceituados artistas de diferentes locais do noroeste peninsular, que encontravam um desenvolvimento construtivo bastante significativo na urbe.

### Alguns entalhadores, douradores e pintores do Entre-Douro e Minho que trabalharam em Guimarães (1578-1798)

Ano	Nome	Profissão	Morada	Obra	Quantia
1572	Fernão Carvalho	Imaginário	Porto	Igreja de Nossa Senhora da Oliveira, retábulo do altar-mor	120\$000 réis
1685	Manuel João	Mestre entalhador	Porto	Igreja S. Domingos, grades da capela-mor	100\$000 réis
1698	Luís Vieira da Cruz	Entalhador	Braga	Igreja de São Sebastião, casa da tribuna para o Santíssimo Sacramento	110\$000 réis
1710	Luís Vieira da Cruz	Escultor	Braga	Caldas das Taipas, retábulo Capela Santo António	60\$000 réis
1717	Pedro Coelho em parceria com seu genro Miguel Correia	Entalhadores	Ambos moradores em Gondar (Guimarães); Miguel Correia, natural de Requião (V. N. de Famalicão)	Igreja de São Paio, retábulo do altar das Almas	100\$000 réis
1719	António Gomes em parceria com Filipe da Silva	Mestres imaginários	Porto	Igreja de S. Francisco, altar Irmandade de Santo António	270\$000 réis
1723	Manuel da Silva	Mestre ensamblador	Pedome (V. N. de Famalicão)	Obra do cadeiral e dos assentos do coro alto igreja do Carmo	95\$000 réis
1728	Miguel Correia	Mestre ensamblador	S. Jorge de Selho (Guimarães), natural de Requião (V. N. de Famalicão)	Igreja de Creixomil, retábulo das Almas	68\$000 réis
1731	Miguel Correia	Mestre entalhador	S. Jorge de Selho (Guimarães), natural de Requião (V. N. de Famalicão)	Igreja de S. Faustino de Vizela, tribuna da capela-mor	80\$000 réis
1734	Alexandre Pinto Ribeiro	Mestre ensamblador	Santo Estêvão de Penso (Braga)	Convento da Costa, sacristia	1600\$000 réis
1741	António Fernandes Palmeira	Mestre entalhador	Palmeira (Braga)	Igreja Santa Rosa de Lima, Retábulo, tribuna, frontal e duas credências para a capela-mor	650\$00 réis + 14\$000 réis das duas credências

Ano	Nome	Profissão	Morada	Obra	Quantia
1743	Manuel da Costa Andrade	Mestre entalhador	Porto	Igreja de S. Francisco, obra de talha do altar-mor	500\$000 réis
1745	António da Cunha Correia Vale e Manuel da Cunha Correia (irmãos)	Mestres entalhadores	Delães (V. N. Famalicão) e Vila das Aves (Santo Tirso)	Igreja de Santa Rosa de Lima, dois altares laterais	500\$000 réis
1746	José Álvares de Araújo	Mestre entalhador	Braga	igreja do Carmo, obra de talha	930\$000 réis
1747	António da Cunha Correia Vale e Manuel da Cunha Correia (irmãos)	Mestres entalhadores	Vila das Aves (Santo Tirso)	Igreja de S. Domingos, Retábulo do altar-mor	360\$000 réis
1754	António Pereira de Santa Ana, João do Couto Teixeira, João Pereira Cardoso e Luís Pinto Leitão	Mestres pintores	Porto	Igreja do Carmo, douramento e pintura da obra de talha	920\$000 réis
1768	Domingos Francisco vieira	Mestre pintor	Porto	Igreja de S. Domingos, douramento altar Irmandade de Nossa Senhora do Rosário	399\$000 réis
1771	Boaventura José da Silva	Mestre pintor	Braga	Igreja de S. João de Brito, pintura do retábulo e tecto da capela-mor	?
1772	Antônio da Cunha e seu sobrinho José da Cunha	Mestres entalhadores	Guimarães	Igreja de Nossa Senhora da Oliveira, tribuna da capela-mor	520\$000 réis
1775	Antônio da Cunha	Mestre entalhador	Guimarães	Igreja de Nossa Senhora da Oliveira, " <i>acrecimos que fes na obra da tribuna de Nossa Senhora</i> "	20\$000 réis
1777	Luís Pinheiro Lobo	Mestre pintor	Vila Nova de Famalicão	Igreja de S. Domingos, douramento retábulo Nossa Senhora do Terço	405\$000 réis
1779	Damião Pereira	Entalhador	Porto	Igreja de Nossa Senhora da Oliveira, risco da estante do coro	2\$880 réis
1780	Luís Pinheiro de Azevedo Lobo	Mestre pintor e dourador	Assistente na vila de Guimarães	Igreja de Nossa Senhora da Oliveira, douramento do retábulo, camarim e mais pertencas da tribuna	600\$000 réis
1789	Manuel Alves de Araújo	Mestre entalhador	Landim (Vila Nova de Famalicão)	Igreja de Nossa Senhora da Oliveira, anteparo porta principal da igreja	144\$000 réis
1798	Diogo José da Costa	Mestre pintor	Landim (Vila Nova de Famalicão)	Igreja de Pinheiro, douramento e pintura do altar-mor e retábulos laterais	185\$000 réis



